

INDICADORES DE MATRÍCULA DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MANAUS ENTRE 1991 E 2017

Samuel Vinente; Márcia Duarte Galvani

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
samueljunior.ns@gmail.com | marciaduar@yahoo.com.br

Resumo: O presente estudo objetivou analisar a implementação da política nacional de Educação Especial no município de Manaus, considerando alguns indicadores de matrícula e a oferta dos serviços de Atendimento Educacional Especializado. Trata-se de um estudo documental realizado em documentos e dados estatísticos da Secretaria Municipal de Educação. Como resultados, observou-se nos últimos anos um crescimento do quantitativo de estudantes PAEE na rede pública municipal de ensino. Os resultados apontam uma reestruturação da política de Educação Especial no sentido de apresentação de diretrizes para a matrícula desses estudantes, para a proposição de serviços especializados. Espera-se que com esse estudo possamos propor redimensionamento e avaliação das políticas educacionais para a promoção de respostas às necessidades dos estudantes PAEE matriculados na rede pública municipal de ensino.

Palavras-chave: Educação Especial, Política educacional, Indicadores educacionais.

INTRODUÇÃO

A institucionalização da modalidade de Educação Especial no município de Manaus tem início na década de 1990 com a publicação da Lei nº 050, de 04 de janeiro de 1991, a qual dispõe sobre a implantação da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino. De acordo com o disposto na lei, essa modalidade era "[...] voltada para atender as pessoas portadoras de deficiência visual, auditiva, mental, as infra-dotadas e as super-dotadas" (MANAUS, 1991).

Com a implantação do Núcleo de Educação Especial no âmbito da Secretaria Municipal de Educação em 1991, estende-se a oferta dos serviços para a clientela da Educação Especial (SANTOS, 1998; MATOS, 2008; VINENTE, 2017), passando a oferecer a comunidade serviços de avaliação, diagnóstico e encaminhamento às classes especiais, que estavam em implantação na rede pública municipal de ensino.

Em 1997, com a criação do Serviço de Avaliação Diagnóstica da Educação Especial do Município (SADEM), organizam-se materiais informativos à comunidade, informando-se sobre os objetivos, procedimentos, equipe, serviços ofertados e clientela atendida (MANAUS, 1997). O SADEM avaliava e diagnosticava estudantes do Ensino Fundamental e realizava o encaminhamento dos estudantes que necessitassem dos serviços de Educação Especial.

Em 2007, a Lei Municipal nº 1.102, de 09 de março de 2007, extingue as Escolas Municipais de Educação Especial José Salomão Schwartzman e Emerson Prestes (MANAUS,

2007) e cria no âmbito da Secretaria Municipal de Educação (Semed), o Complexo Municipal de Educação Especial André Vidal de Araújo, o qual passa a congregar os profissionais das escolas extintas e oferecer suporte aos estudantes nas escolas de ensino regular bem como na própria escola de Educação Especial que possui o mesmo nome (VINENTE, 2017).

Mendes e Cia (2012) sinalizam que atualmente tem-se privilegiado o oferecimento do AEE em Salas de Recursos Multifuncionais¹ (SRM), implantadas pelo Ministério da Educação (MEC) para a oferta dos serviços de Educação Especial. Temos observado nos últimos anos diversos trabalhos que analisam a oferta desses serviços (MENDES; CIA, 2012; MILANESI, 2012; ALMEIDA, 2013; NOZU, 2013; SILVA, 2013; SOUZA, et al 2014; PÚBLIO, 2016).

No contexto amazonense, há trabalhos que discutem aspectos dos serviços de Educação Especial no município de Manaus (MARQUES, 2010; SÁ, 2011; SANTOS, 2011; MORAES, 2011; CARNEIRO, 2012; CARVALHO, 2012; CORRÊA, 2013; SILVA, 2013; PACHECO, 2014; BRUCE, 2015; LIMA, 2016).

Estudos realizados em diferentes regiões apresentam elementos significativos para discutir a atual política de Educação Especial (MILANESI, 2012; SIEMS-MARCONDES, 2013; NOZU, 2013; ALMEIDA, 2014; ALBUQUERQUE, 2014; DANTAS, 2014; FARIAS, 2015).

Entretanto, levando-se em consideração a atual conjuntura da política educacional, torna-se necessário que nos debruçemos para analisar as ações governamentais implementadas até o momento, de modo que possamos avaliar sua efetividade. Dessa forma, conforme as colocações aqui apresentadas, este estudo tem por objetivo a implementação da política nacional de Educação Especial no município de Manaus, considerando alguns indicadores de matrícula e a oferta dos serviços de Atendimento Educacional Especializado.

MÉTODO

Para Gil (2008), a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. De acordo com Flick, “[...] como ocorrem nas outras abordagens de pesquisa qualitativa, pode-se utilizar os documentos e análise de documentos como uma estratégia complementar para outros métodos como a entrevista [...]” (FLICK, 2009, p. 231).

Os dados referentes ao quantitativo de matrícula dos estudantes público-alvo da Educação

¹ Trata-se de um dispositivo previsto na Educação Especial, mas pouco utilizado até meados da primeira década do século XXI (BAPTISTA, 2011).

Especial no município foram solicitados por Ofício à Secretaria Municipal de Educação (Semed). Os dados foram sistematizados em planilhas de editores de textos e tabulados a partir dos anos e categorias dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Entendemos como Frigotto (2008, p. 89), que “[...] é na análise que se estabelecem as relações entre a parte e a totalidade”. Sendo assim, esse processo é essencial no estudo por representar o esforço de estabelecer conexões, mediações e contradições dos fatos que constituem a problemática pesquisada.

Os dados oriundos da pesquisa documental foram analisados os conteúdos dos documentos relacionados à implantação das SRM, à formação docente e às diretrizes que normatizam o AEE nos sistemas de ensino. Como os instrumentos de coleta dos dados já estavam estruturados em categorias, no processo de análise algumas subcategorias permaneceram e outras foram emergindo. A partir disso, as duas categorias referentes aos objetivos específicos foram inseridas e as subcategorias foram agrupadas nos eixos de análise.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao longo da história da Educação Especial do município de Manaus é possível observar mudanças em relação ao público-alvo atendido nessa modalidade de educação escolar. Nesse sentido, o público foi composto por estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, entretanto ao longo do tempo, diferentes terminologias foram utilizadas na legislação municipal (MANAUS, 2003, 2011, 2015, 2016).

Os indicadores educacionais do município auxiliam no fornecimento de subsídios para a constituição da história da educação especial em Manaus. Nesse cenário, os indicadores apresentados aqui referem-se precisamente à matrícula de estudantes com deficiência na rede pública municipal de ensino.

Indicadores de matrícula

Em Manaus, o histórico inicial dos serviços de Educação Especial se materializa nas matrículas a partir do ano de 1991, corroborando com Matos (2008) , Santos (1998) e Vinente (2017). Na Tabela 1, são apresentados dados referentes às matrículas gerais de estudantes entre os anos de 1989 e 1992:

Tabela 1: Matrícula de estudantes na Semed entre os anos de 1989 e 1992

Ano	Pré-Escolar	Alfabetização	1ª a 8ª serie	Supletivo	Educação
-----	-------------	---------------	---------------	-----------	----------

					Especial
1989	6.661	3.574	46.6287	6.777	-
1990	7.431	4.086	46.115	6.971	-
1991	7.473	5.866	49.494	7.243	246
1992	6.992	10.701	45.343	8.643	234

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados no sítio eletrônico da Semed (2016)

Com base nos dados dispostos na Tabela 1, é possível verificar matrícula de estudantes na rede municipal de ensino da capital amazonense. A partir de 1991, é que o quantitativo dos estudantes da modalidade de Educação Especial passa a ser contabilizado nas estatísticas da Semed. Temos aí então diversas questões a serem respondidas por pesquisadores que reconstituem a história da educação no Amazonas, especificamente levando em consideração essa modalidade de educação escolar.

Antes de 1991 não haviam estudantes com deficiência matriculados nas escolas da Semed? Ou então, esses estudantes eram matriculados, mas não contabilizados nas estatísticas oficiais da Secretaria? Ou estes estudantes não eram identificados corretamente e eram encaminhados à rede municipal de ensino como estudantes que não precisavam de apoio pedagógico?

Com base na Tabela 2, podemos verificar o quantitativo de matrícula de estudantes vinculados à Semed, no que ainda se denominava na época Pré-escolar, Alfabetização, 1º a 8º série do Ensino Fundamental, Supletivo² e Educação Especial:

Tabela 2: Matrícula de estudantes na Semed entre os anos de 1993 e 2001

Ano	Pré-escolar	Alfabetização	1ª a 8ª série	Supletivo	Educação Especial
1993	7.949	14.822	46.777	10.493	97
1994	10.619	22.151	57.649	13.281	210
1995	6.601	18.310	63.557	13.892	587
1996	6.270	18.050	71.254	14.426	693
1997	7.043	10.479	92.588	15.723	688
1998	6.942	11.033	107.795	17.048	422
1999	6.507	9.978	112.833	16.014	472
2000	8.612	12.734	131.726	17.725	429
2001	10.284	18.259	131.726	17.725	506

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados no sítio eletrônico da Semed (2016)

Os dados da Tabela 2 apresentam um crescimento significativo no quantitativo de estudantes matriculados nos serviços de Educação Especial ofertados pela Semed a partir do ano de 1993, compreendendo um crescimento de mais de 400%. Sumariamente, observa-se um crescimento no

² A partir do ano de 1997, a estatística da Semed passa a denominar de *Educação de Jovens e Adultos (EJA)* o antigo Supletivo, levando em consideração as novas demandas da LDB.

quantitativo de matrículas dos estudantes com deficiência entre 1993 e 1997, e posteriormente um decréscimo nessas matrículas a partir do ano de 1998. Posteriormente esse índice eleva-se, mas permanece em 2001 num quantitativo de 506 estudantes matriculados na rede pública municipal de ensino.

Na capital amazonense, a realidade da matrícula de estudantes PAEE na rede pública de ensino concentrada no Ensino Fundamental tem apontado para a universalização do atendimento escolar no Ensino Fundamental. Como exposto no Gráfico 3, há a manutenção de matrículas entre os anos de 2002 e 2006, passando por um crescimento mais evidente entre os anos de 2007 e 2008.

Segundo dados do IBGE, o estado do Amazonas possui uma população estimada de 3.873.743 habitantes. A capital do estado (Manaus) obteve em 2014 uma população estimada em 2.020.301 habitantes, sendo o 7º município mais populoso do Brasil (IBGE, 2014). Não foi possível ainda identificar o percentual de habitantes com idade escolar e que apresentam quadros de deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação tendo em vista que o IBGE estabelece critérios de terminologia diferentes dos adotados pelo Inep.

O público-alvo da Educação Especial em Manaus

Em dados fornecidos pela Divisão de Informação e Estatística da Semed, é possível monitorar as matrículas dos estudantes que compõe o público-alvo da Educação Especial na rede municipal de ensino. Na tabela 3, estão caracterizados dados relacionados às matrículas dos estudantes com altas habilidades ou superdotação, deficiência (baixa visão, cegueira, auditiva, física, intelectual, múltiplas, surdez, surdocegueira) e TGD (autismo infantil, síndrome de Asperger, síndrome de Rett e Transtorno Desintegrativo da Infância).

Tabela 3: Caracterização dos estudantes PAEE matriculados no ensino regular em 2017

Descrição	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	EJA (1ºSegmento)	EJA (2ºSegmento)
Altas Habilidades/Superdotação	0	0	4	1	0	0
Autismo Infantil	14	214	520	44	41	1
Baixa Visão	0	23	83	31	7	7
Cegueira	0	4	13	4	2	0
Deficiência Auditiva	1	7	49	10	30	2
Deficiência Física	3	45	192	37	31	5
Deficiência Intelectual	5	93	1220	198	535	49
Deficiências Múltiplas	0	34	217	31	28	2

Síndrome de Asperger	0	8	21	7	2	0
Síndrome de Rett	0	1	5	1	3	0
Surdez	1	3	39	7	14	1
Surdocegueira	0	0	1	0	0	0
Transtorno Desintegrativo da Infância	0	10	41	12	6	2

Fonte: Elaboração própria, com base em informações disponibilizadas pela DIE/SEMED (2017)

Os dados dispostos na Tabela 3 situam cronologicamente o atual contexto do atendimento escolar aos estudantes PAEE. Chama-nos atenção por exemplo, a ausência de estudantes com altas habilidades ou superdotação matriculados na rede municipal de ensino. Tais estudantes estão sendo identificados? Os estudantes identificados permanecem ou evadem? Há uma política de acompanhamento pedagógico e enriquecimento curricular para esses estudantes?

Como visto no quadro das outras categorias que integram o PAEE, os estudantes com altas habilidades ou superdotação também estão mais presentes nos anos iniciais do Ensino Fundamental, como pode ser visualizado na Tabela 6. Dessa forma, confirmamos a hipótese de crescimento contínuo da matrícula dos estudantes PAEE no Ensino Fundamental em Manaus.

Na tabela 4 serão apresentados dados relacionados às matrículas de estudantes com TGD e na Tabela 8 dados vinculado aos estudantes com deficiência, considerando-se para ambas o período de 2014 a 2017:

Tabela 4: Matrícula de estudantes com transtornos globais do desenvolvimento em Manaus (2014 – 2017)

Ano	Autismo	Síndrome de Asperger	Síndrome de Rett	Transtorno Desintegrativo da Infância
2017	823	38	10	71
2016	669	28	10	76
2015	507	26	6	68
2014	337	24	5	68
TOTAL	2336	116	31	283

Fonte: Elaboração própria, com base em informações disponibilizadas pela DIE/SEMED (2017)

Com base nos dados dispostos na Tabela 4, deparamo-nos com um crescimento demasiado no índice de matrículas de estudantes com autismo na rede municipal de ensino. A Lei nº 1.495/2010 assegura que no caso de autistas que possuam condições de frequentar a escola regular, torna-se necessário a garantia de vagas para matrícula desses estudantes a partir dos 2 (dois) anos. Nesse cenário, para fins legais, a pessoa com autismo é considerada pessoa com deficiência no contexto da cidade de Manaus. Assim sendo, somando-se a matrícula de alunos com autismo em

todas as etapas e modalidades de ensino, o quantitativo desses estudantes passa de 337 em 2014, para 823 no ano de 2017.

Considerando-se que não há a obrigatoriedade de apresentação do laudo médico para a matrícula em virtude do tempo exigido para emissão deste e necessidade de acompanhar aspectos do desenvolvimento infantil, encontram-se nessas estatísticas estudantes com laudo médico ou suspeita de autismo? Há na cidade de Manaus profissionais na área de saúde suficientes para diagnosticar esses estudantes? Quais outros serviços são ofertados no âmbito da educação, saúde e assistência social para esses estudantes?

No caso dos estudantes com síndrome de Asperger, síndrome de Rett e Transtornos Desintegrativos da Infância a matrícula destes pouco evoluiu nos últimos anos, mantendo-se no caso de estudantes com Transtornos Desintegrativos da Infância, quase que estagnada. Esse quantitativo ascende no caso de estudantes com síndrome de Asperger matriculados na rede e avança um pouco em relação à matrícula de estudantes com síndrome de Rett.

Continuando a disposição dos dados, a Tabela 5 sintetiza aspectos da matrícula de estudantes com deficiência na rede municipal de ensino entre o período de 2014 a 2017:

Tabela 5: Matrícula de estudantes com deficiência em Manaus (2014 – 2017)

Ano	Cegueira	Baixa Visão	Surdez	Deficiência Auditiva	Surdocegueira	Deficiência Física	Deficiência Intelectual	Deficiências Múltiplas
2017	24	151	65	103	1	313	2121	312
2016	21	132	65	101	2	268	1958	275
2015	22	151	69	122	2	341	1662	152
2014	21	110	76	130	1	287	1365	120
TOTAL	88	544	275	456	6	1209	7106	859

Fonte: Elaboração própria, com base em informações disponibilizadas pela DIE/SEMED (2017)

De modo sumário, observa-se na Tabela 5 que a maioria dos estudantes com deficiência matriculados na rede municipal de ensino compõem o grupo da deficiência intelectual, variando entre 1365 estudantes matriculados no ano de 2014 e o quantitativo de 2121 alunos em 2017. Considerando-se esse número alarmante, cabe-nos questionar sobre a identificação desse alunado. Todos esses estudantes foram submetidos a alguma avaliação? Foram encaminhados do Complexo Municipal de Educação Especial para a Escola? Foram identificados primeiramente na escola e encaminhados pela equipe pedagógica para avaliação no Complexo? A equipe multiprofissional que atua na GEE e no CMEE é suficiente para atender a essa demanda de estudantes?

Sumariamente em relação à matrícula de estudantes com cegueira matriculados na rede, o número permanece estático, com poucas alterações ao longo dos últimos anos. Já no quantitativo de estudantes com baixa visão, o número apresenta aumento de expressividade passando de 110 estudantes em 2014 para 151 em 2017. Apresenta-se aí um grande desafio para a formação dos professores e para adequação dos espaços escolares que precisam ser acessíveis não somente para esses alunos, mas para quem possua outra deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Em relação à surdez e deficiência auditiva, o quantitativo de estudantes matriculados entre 2014 e 2017 foi reduzido, conforme pode ser observado na Tabela 5. Independente desse quantitativo, os estudos na área de Educação Especial precisam dedicar-se a atuação do profissional tradutor/intérprete de Libras na rede de ensino, bem como dos serviços destinados para essa população na rede municipal de ensino. É preciso ressaltar que a escola possui demandas específicas para o AEE, sendo necessário estudar as formas de encaminhamento desses estudantes ao ensino regular e a organização dos serviços de apoio que serão ofertados.

O quantitativo de estudantes com deficiência física e múltiplas também cresceu gradativamente nos últimos anos. Sabe-se que esse alunado possui especificidades complexas que precisam ser atendidas de modo efetivo para que a escola se torne cada vez mais inclusiva. Pode-se dizer que está posto um desafio para uma das maiores redes de ensino do país, adaptar a escola desde a sua estrutura física, mobiliário, currículo e organização pedagógica para o atendimento às especificidades desses estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou analisar a implementação da política nacional de Educação Especial no município de Manaus, considerando alguns indicadores de matrícula e a oferta dos serviços de Atendimento Educacional Especializado. Consolidou-se como um estudo de relevância acadêmica e social, por ter nos permitido aprofundar ainda mais o conhecimento científico sobre a realidade político-educacional de um local no qual nós atuamos cotidianamente.

Foi possível observar a expansão dos serviços de Educação Especial no município, mas ao mesmo tempo, uma centralização voltada para o Complexo Municipal de Educação Especial – setor esse responsável na Semed tanto pela capacitação dos profissionais, quanto pelo encaminhamento, avaliação e diagnóstico dos estudantes que são encaminhados para as classes especiais e para as salas de recursos e salas de recursos multifuncionais.

Atender à política nacional de Educação Especial esbarra em desafios que vão desde a

questão de estrutura política do município aos desafios complexos de uma região com intensa expansão urbana e crescimento populacional.

Torna-se então necessário a análise dos indicadores de qualidade e uma política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que ofertam os serviços de AEE. Isso evidencia cada vez mais a necessidade de pesquisas que se debrucem a analisar tais indicadores e contribuam com a avaliação do PNE enquanto política pública para os estudantes PAEE.

Mesmo com amplos trabalhos no campo da Educação Especial, que se destinaram a estudar aspectos dos serviços ofertados e analisar a PNEEPEI, acreditamos que há um amplo espaço para pesquisa no campo de constituição do histórico do atendimento especializado na região. Vale considerar que estamos caminhando para os dez anos de publicação dessa política nacional e torna-se necessário analisar constantemente as implicações teórico-práticas dessa política para o município.

A expressividade e complexidade da rede de ensino analisada nesse estudo pode revelar muitos aspectos que servirão de objeto de estudo para outros pesquisadores, os quais podem focalizar a questão do financiamento da Educação Especial, do atendimento nas classes especiais (ainda ativas na rede), da implantação do Imepe, da implementação do PNE no contexto da região e outros temas que podem fazer interface com a Educação Especial.

Os dados apresentados apontam para avanços no campo da oferta dos serviços e adequações frequentes para a manutenção desses serviços. Entretanto, a atual política de Educação Especial em voga carece de uma fundamentação teórica sobre os princípios que fundamentam a oferta desses serviços.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. A. S. T. *Atendimento educacional especializado e educação inclusiva: quais as experiências das salas de recursos multifuncionais nas escolas públicas de Niterói/RJ?* 2013, 150f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

BAPTISTA, C. R. Ação pedagógica e Educação Especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 17, p. 59-76, maio/ago. 2011.

BRASIL Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, jan. 2008. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: 08 jul. 2014.

FAGLIARI, S. S. *A educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva: ajustes e tensões entre a política federal e a municipal*. 2012. 266f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FAZENDA, I. (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FAZENDA, I. A pesquisa como instrumentalização da prática pedagógica. In: _____ (Org.). *Novos enfoques da pesquisa educacional*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 83-94.

FERREIRA, J. R. Notas sobre a evolução dos serviços de Educação Especial no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Piracicaba, v. 1, n. 1, p. 101-106, 1992.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 69-90

GARCIA, R. M. C. Políticas para a educação especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Marília, v. 12, n. 3, p. 299-316, set/dez, 2006.

GARCIA, R. M. C.; MICHELS, M. H. A Política de Educação Especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT 15 – Educação Especial da ANPED. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Marília, v.17, p. 105-124, mai./ago., 2011.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. *Brasil em síntese: educação*. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao.html>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 set. 2014.

INEP. *Censo Escolar da Educação Básica (2013): Resumo Técnico*. Ministério da Educação. Brasília: O Instituto, 2014.

INEP. *Prova Brasil: avaliação do rendimento escolar: questionário do professor*. Brasília: Ministério da Educação, 2013.

LAPLANE, A. L. F. Condições para o ingresso e permanência de alunos com deficiência na escola. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 34, n. 93, p. 191-205, maio-ago. 2014.

LAPLANE, A. L. F.; CAIADO, K. R. M.; KASSAR, M. C. M. A relações público-privado na Educação Especial: tendências atuais no Brasil. *Revista Teias, Rio de Janeiro*, v. 17, n. 46, jul./set. p. 40-55, 2016.

LIMA, S. C. *Comunicação alternativa e a mediação do professor na sala de recursos multifuncionais: um estudo de caso*. 2016. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

LIMA, W. G. Política pública: discussão de conceitos. *Interface*. Porto Nacional. n. 5, p. 49-54, 2012.

LOUREIRO, A. D. T.; CAIADO, K. R. M. Educação especial na Educação Básica: análise de matrículas em um município paulista. *Cadernos de Pesquisa em Educação*. Vitória/ES, v. 19, n. 37, jan./jun., 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/7454/5234>. Acesso em: jul. 2015.

MANAUS. Lei Municipal nº 1.240, de 20 de novembro de 1975. *Diário Oficial do Município de Manaus*. Manaus, AM, 20 nov. 1975. Disponível em: <http://www.manaus.am.gov.br/>. Acesso em ago. 2015.

MANAUS. Lei Delegada nº 13, de 31 de julho de 2013: dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação - Semed, suas finalidades e competências, fixa seu quadro de cargos comissionados e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Manaus*. Manaus, AM, 31 jul. 2013. Disponível em: <http://semmed.manaus.am.gov.br/estrutura-organizacional/>. Acesso em: jun. 2016.

MANAUS. Lei Municipal nº 1.094, de 20 de outubro de 1970. *Diário Oficial do Município de Manaus*. Manaus, AM, 20 out. 1970. Disponível em: <http://www.manaus.am.gov.br/>. Acesso em jul. 2015

MANAUS. Lei Municipal nº 377 de 18 de dezembro de 1996. *Diário Oficial do Município de Manaus*. Manaus, AM, 18 dez. 1996. Disponível em: <http://www.manaus.am.gov.br/>. Acesso em: ago. 2015.

MANAUS. Lei nº 1.102, de 09 de março de 2007: cria o Complexo Municipal de Educação Especial André Vidal de Araújo e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Manaus nº 1679*. Manaus, AM, 08 mar. 2007. Disponível em: <http://www.manaus.am.gov.br/>. Acesso em: ago. 2015.

MANAUS. Lei nº 452, de 26 de novembro de 1998: cria na estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação, as escolas municipais que especifica e dá outras providências. *Diário Oficial de Manaus*. Manaus, AM, 26 nov. 1998. Disponível em: <http://www.manaus.am.gov.br/>. Acesso em: ago. 2015.

MANAUS. Lei nº 590, de 13 de março de 2001: reestrutura a administração do Poder Executivo municipal, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Manaus*. Manaus, AM, 13 mar. 2001. Disponível em: <http://www.manaus.am.gov.br/>. Acesso em: ago. 2015.

MANAUS. Parecer nº 2015/03812: Secretaria Municipal de Educação: Subsecretaria de Gestão Educacional: Departamento de Gestão Educacional: Gerência de Educação Especial. Processo 2017/03812. Folha 50. Manaus, AM, 2017.

MANAUS. Resolução nº 005/CME, de 18 de dezembro de 2003: dispõe sobre procedimentos e orientações a serem observados para oferta da Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino a partir de 2003. *Diário Oficial de Manaus*. Manaus, AM, 18 dez. 2003.

MANAUS. Resolução nº 011/CME/2016, de 02 de junho de 2016: Institui novos procedimentos e orientações para Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, no Sistema Municipal de Ensino de Manaus. *Diário Oficial do Município de Manaus*. Manaus, AM, 02 jun. 2016.

MANAUS. Resolução nº 038/CME, aprovada em 03 de dezembro de 2015: aprova o Regimento Geral das Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Manaus, como documento que

estabelece normas reguladoras de organização administrativa e pedagógica, servindo de parâmetro para a elaboração dos Regimentos Escolares das Unidades de Ensino da Semed. *Diário Oficial do Município de Manaus*. Ano XVII, Edição 3852. Poder Executivo - Caderno II. Manaus, AM, 18 de mar. 2016.

MANAUS. Resolução nº 06/CME/2010, aprovada em 30 de setembro de 2010: dá nova redação à Resolução n. 05/CME/1998 que regulamentou a implantação da Lei n. 9.394/96 no Sistema Municipal de Educação a partir de 1998. *Diário Oficial do Município de Manaus*. Edição nº 2562. Manaus, AM, 10 nov. 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, M. P. S. D. *O Acesso de Pessoas com Deficiência ao Sistema Público de Ensino de Manaus na Percepção dos Professores*. 2010. 149f. Tese (Doutorado em Ciências: área Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

MATOS, M. A. S. *Cidadania, diversidade e educação inclusiva: um diálogo entre a teoria e a prática na rede municipal de Manaus*. 2008. 229f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez., 2006.

MENDES, E. G. Breve histórico da Educação Especial no Brasil. *Revista Educación y Pedagogía*, v. 22, n. 57, mai./ago., 2010.

MENDES, E. G.; CIA, F. ONEESP – um Observatório Nacional para a comunidade da Educação Especial. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Org.). *A pesquisa sobre inclusão escolar em suas múltiplas dimensões: teoria, política e formação*. Marília: ABPEE, 2012.

MILANESI, J. B. *Organização e funcionamento das salas de recursos multifuncionais em um município paulista*. 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

NOZU, W. C. S. Política e gestão do atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais de Paranaíba/MS: uma análise das práticas discursivas e não discursivas. 2013. 241f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.

OLIVEIRA, S. S. B.; OLIVEIRA, S. E. B. *A arte da pesquisa: os limites na construção teórico-metodológica*. In: EPENN – ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE, 20., 2011, Manaus, Anais...Manaus: Valer, 2011. p. 1-11.

PLETSCH, M. D. Educação Especial e Inclusão Escolar: uma radiografia do atendimento educacional especializado nas redes de ensino da Baixada Fluminense/RJ, *Ciências Humanas e Sociais em Revista*, RJ, EDUR, V. 34, n.12, jan / jun, p. 31-48, 2012.

PRIETO, R. G. *Política educacional do município de São Paulo: estudo sobre o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, no período de 1986 a 1996*. 2000. 259f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PRIETO, R. G.; SOUSA, S. Z. L. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.12, n.2, p.187-202, Mai.-Ago. 2006.

PÚBLIO, P. L. R. *Políticas de Educação Especial no município de Sorocaba, de 1988 a 2012*. 2016. 206f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba, Sorocaba, 2016.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. *Fundamentos para a investigação: pressupostos epistemológicos que orientam o pesquisador*. Bogotá: Editorial Magisterio, 1998.

SANCHÉZ GAMBOA, S. *Pesquisa em educação: métodos e epistemologias*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

SANTOS, L. M. *A política pública de educação do município de Manaus: o atendimento educacional especializado na organização escolar*. 2011. 209f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

SEBRAE. *Políticas Públicas: conceitos e práticas*. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008.

SEMED. *Jogos Adaptados André Vidal de Araújo – as diferenças nos fortalecem: regulamento geral*. Disponível em: <semed.manaus.am.gov.br>. Acesso em mai. 2017.

SEMED. *Secretaria Municipal de Educação: nossa história*. Disponível em: <<http://semed.manaus.am.gov.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

SIEMS-MARCONDES, M. E. R. *Educação Especial em Roraima: história, política e memória*. 2013. 359f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

SILVA, R. M. *Para além do discurso oficial das políticas públicas: possibilidade de (re) pensar o paradigma de inclusão escolar para o educando com transtorno do espectro autista na cidade de Manaus*. 2013. 91f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

VINENTE, S.; MARQUES, M. P. S. D. Atendimento Educacional Especializado: um estudo comparativo sobre a implantação das salas de recursos multifuncionais no Brasil. *Revista Exitus*. Santarém, v. 5, n. 1, p. 50-69, jan./jun, 2015.

VINENTE, Samuel. *Política e organização pedagógica do serviço de atendimento educacional especializado em Manaus*. 2017, 176f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2017.